

Editorial

Um Espaço de Divulgação Amplo que Estimule a Reflexão, a Criatividade e o Debate

A Wide Dissemination Space Stimulating Reflective Thinking, Creativity and Debate

Por Alexandre Maduro-Abreu*

**Diretor do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS
alexmaduro@ig.com.br*

O Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS foi criado em 2012 e é vinculado à Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade – Face, da Universidade de Brasília – UnB. A criação do CPGIS ocorreu em função de alguns propósitos. Do ponto de vista teórico-metodológico, o CPGIS existe para aprimorar o estudo das organizações públicas e privadas na perspectiva da sustentabilidade. Por meio de seus Núcleos Temáticos, o CPGIS promove o estudo da gestão das organizações, públicas e privadas, no contexto da sustentabilidade, tendo em vista suas dimensões econômica, ambiental e social. O CPGIS compreende a inovação em uma perspectiva transversal, como constituinte das organizações e instrumento da gestão para viabilizar o equilíbrio entre o desempenho organizacional e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, estudam-se as organizações e suas relações com os atores externos e as múltiplas dimensões do ambiente. Além dos estudos em gestão organizacional, o CPGIS, por intermédio do seu Núcleo de Pesquisa em Gestão Territorial, destaca-se pelas contribuições na área, em especial, para o desenvolvimento rural sustentável.

Do ponto de vista da inserção social da universidade, a pretensão é fortalecer as parcerias com a sociedade e o mercado, gerando novas possibilidades de pesquisa e fontes alternativas de financiamento, o que é necessário para que a universidade possa reinvestir em suas estruturas e nas atividades de ensino,

pesquisa e extensão, aprimorando o serviço oferecido à sociedade. Nesse sentido, o Centro tem como prioridade a aproximação e parcerias com as organizações públicas e privadas para a formação profissional e o desenvolvimento de pesquisa e extensão.

Do ponto de vista administrativo, para superar os obstáculos impostos pela burocracia que sufocam as organizações brasileiras, principalmente as organizações públicas. Não temos dúvidas que, para a superação da burocracia e seus danos para a gestão pública e privada brasileiras e, para que o sistema possa ser mais flexível e eficiente, é precípua a formação de gestores. Só assim podemos repensar novas configurações organizacionais e o arcabouço normativo que nem impede a corrupção, nem possibilita a eficiência do sistema.

O CPGIS tem se notabilizado por empreitar diferentes ações em pesquisa, ensino e extensão que provocam a discussão e apresentam propostas acerca de uma nova perspectiva para se compreender a gestão territorial e das organizações públicas e privadas. Entre as várias ações do Centro, destacam-se: i) a criação da plataforma de ensino a distância, onde os professores podem ofertar disciplinas de graduação e pós-graduação, cursos de extensão e outros. (Neste momento, está sendo ofertada uma especialização em Gestão Judiciária para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, com aproximadamente 200 alunos matriculados, entre servidores e magistrados); ii) o projeto de criação de um Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – PPGIS, em fase de aprovação nas instâncias superiores da UnB e da Capes e, iii) a edição da Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – ReGIS.

A ReGIS pretende ser um espaço de divulgação amplo, que estimule a reflexão, a criatividade e o debate entre pesquisadores e especialistas de diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a construção de um novo campo teórico, conceitual e metodológico que sirva de alternativa viável para aperfeiçoamento da Gestão Territorial e da Gestão Pública e Privada, alinhada ao desenvolvimento de inovações e sustentabilidade.

Para o primeiro número, aproveitando as discussões sobre a abordagem territorial para o desenvolvimento rural, assunto o qual o CPGIS e alguns parceiros, em especial a Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (Rete) têm se debruçado, convidamos a diretora dessa Rede, Profa. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán, para elaborar o dossiê *Territórios e Desenvolvimento Rural*, fomos além do agrícola? Sete artigos, um Ensaio e um Debate oferecem respostas interdisciplinares e criativas a essa pergunta.

Em *Territórios importam – para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil*, os autores Arilson Favareto, Suzana Kleebe, Carolina Galvanese, Clarissa Magalhães, Paulo Seifer, Heidi Buzato, Rafael Moralez e Ricardo Cardoso analisam o tecido social e econômico dos territórios e como eles importam na moldagem da trajetória de desenvolvimento em longo prazo das regiões rurais do Brasil. O objetivo principal do artigo,



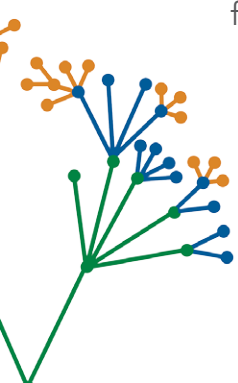
que é resultado de quase dez anos de trabalho coletivo, consiste em apresentar um *framework* inovador para o entendimento desses espaços que permita compreender a evolução das articulações internas e externas dos territórios, por meio das quais se engendram tanto as formas de dominação como as possibilidades de sua superação em uma perspectiva de longa duração dessas formações sociais.

A partir de uma revisita aos estudos e pesquisas sobre políticas de desenvolvimento territorial realizadas pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (Oppa/CPDA), os autores Nelson Giordano Delgado e Catia Grisa apresentam, no seu artigo *Governança territorial, dinâmica institucional e protagonismo social territorial: revisitando um percurso metodológico seguido pelo Oppa/CPDA no marco dos estudos territoriais*, três dimensões observadas no uso da abordagem territorial no País. Essas três dimensões foram o ponto de partida conceitual para, posteriormente, compreender a governança territorial, as dinâmicas institucionais e o protagonismo social nos territórios, consideradas as questões principais que permearam as pesquisas do Oppa sobre novas institucionalidades territoriais.

O Índice de Condições de Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural é o título do trabalho de Anelise G. Rambo, Lillian Bastian, Marcelo A. Conterato, Megui F. Del Ré, Jardel Casaril, Carla A. Gomes, Amanda F. O. Radünz e Sergio Schneider. Os autores apresentam o Índice de Condições de Vida (ICV), uma metodologia que possibilita a representação das mudanças percebidas pelo público-alvo das ações que vêm sendo implementadas nos territórios rurais. O foco desse instrumento está na percepção que os indivíduos têm sobre suas condições de vida. É baseado na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e pretende captar não apenas os meios, mas também os fins do desenvolvimento.

O sistema sócio-ecológico (SSE) “comunidade-floresta” de San Francisco de Loretoyacu é governado por estruturas sociais formadas por atores agregados em dois grupos predominantes, o do Cabildo Indígena de San Francisco e o dos funcionários públicos do governo municipal e regional. Em *Sistema socio-ecológico comunidad-bosque de San Francisco de Loretoyacu (Puerto Nariño-Amazonas). Dinámicas que influncian los cambios en el sistema de gobernanza y su efecto en el uso del paisaje*, Mitchel Nicolás Zuluaga Quintero analisa como esses grupos interatuam e com os recursos de uso comum (Bosque úmido tropical), orientados por saberes e práticas tradicionais durante o processo de uso e administração.

Em *Governing Climate Change in the Brazilian Amazon*, os autores Jane Simoni Silveira Eidt Almeida, Gabriela Litre e Marcel Bursztyn lembram que a maior parte dos estudos sobre a conservação e o desenvolvimento na Amazônia brasileira focam na atuação negativa das instituições, especialmente no mundo em desenvolvimento. Esse trabalho propõe uma mudança de abordagem, pelo foco em iniciativas institucionais importantes – majoritariamente de organiza-



ções não governamentais – que têm emergido no preenchimento de uma lacuna aberta pela (in)ação de agências governamentais. O trabalho discute alguns casos de boa governança no estado do Pará, Brasil.

O artigo intitulado *O papel do município nas políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil*, de autoria de Armando Fornazier, mostra que os espaços participativos, como os conselhos municipais, foram expandidos para uma lógica territorial através dos colegiados, porém, sem a institucionalidade jurídica, sua função é apenas consultiva e de representatividade dos atores sociais. Dessa forma, mesmo se pensando a política em uma lógica territorial, na implementação das ações se necessita recorrer aos municípios. Os autores propõem constituir consórcios públicos, que possuem natureza jurídica.

Janio Nascimento de Aquino e Maria Jeigiane Portela da Silva demonstram no seu trabalho *Desenvolvimento territorial e participação social em políticas públicas: o caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba – CTAC* a necessidade de compreensão do contexto organizacional e institucional presentes nessa região do estado do Acre, com o objetivo de conhecer os padrões de aliança e disputas internas em torno da partilha de poder local, bem como qual tem sido a participação social na formulação e deliberação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial para além dos aspectos rurais e agrícolas.

A Seca é a causa da pobreza rural no Nordeste? A provocativa pergunta orienta o Debate organizado pela editora convidada do dossiê, Mireya Valencia. A troca de ideias entre os renomados especialistas Joacir Rufino de Aquino, Amílcar Baiardi e Sergio Schneider enriquece a agenda de pesquisa sobre o presente e o futuro do rural nordestino no Brasil.

Adicionalmente, ReGIS 1 fecha o dossiê com um instigante artigo de opinião que procura responder à pergunta geral lançada pelo dossiê: *Es real el tránsito del desarrollo rural de base agrícola a uno de base territorial?* No seu ensaio, Rafael Echeverri Perico, secretário técnico do Programa Ibero-americano de Cooperação em Gestão Territorial (Proterritórios), salienta que não existem evidências de que um modelo territorial baseado em transformar o território em objeto de política e aplicar modelos de ordenamento territorial não seja uma opção válida para o desenvolvimento rural. Estamos certos de que esse dossiê oferece importantes contribuições teóricas e metodológicas sobre o assunto, assim como referenciais que poderão vir a orientar uma segunda geração de políticas públicas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial.

Agradecemos especialmente a todos os pareceristas que avaliaram trabalhos para este número da ReGIS e aos membros de nosso Conselho Editorial por nos dar apoio nesta apaixonante empreitada.

Desejamos uma boa leitura e um ótimo começo de 2016!